

# PERSPECTIVA DECOLONIAL E HOLOCARMA DAS NAÇÕES: O CASO DA REGIÃO AFROAMERÍNDIA DE COLONIZAÇÃO IBÉRICA NOS ANDES

Renata Peixoto de Oliveira

**RESUMO.** Este trabalho propõe estabelecer diálogo entre o paradigma decolonial e as discussões feitas pelo paradigma conscienciológico quanto ao holocausto das nações. Como estudo de caso, tomamos por objeto a Região Afroameríndia de colonização Ibérica nos Andes, o nascedouro dessas perspectivas teóricas que marcaram os estudos sobre o continente e a visão do projeto modernizador europeu, o qual pretendeu universalizar seus parâmetros culturais para povos alhures estabelecendo hierarquias sociais, raciais, de gênero e culturais. Para isso, este texto representa um esforço inicial de sistematizar análises sobre o holocausto das nações, a partir de reflexões do paradigma decolonial e, a partir disso, pensar sobre a necessidade de se considerar um debate paradecolonial no âmbito da Conscienciologia.

**Palavras-Chave:** Paradigma decolonial, holocausto das nações, debate paradecolonial.

## 1. CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEXTO NA INTERFACE DA HOLOBIOGRAFIA DA AUTORA

Este texto aponta para possibilidades de diálogo e convergência entre um paradigma bastante em voga nas ciências humanas e a Conscienciologia, chamando a atenção para a necessidade de estudos que remontam a regiões que foram colonizadas mais recentemente, com início no período das grandes navegações, no século XVI. É possível perceber que as ciências convencionais ainda estabelecem um olhar etnocêntrico, priorizando as chamadas nações centrais. Estudos sobre outras regiões são segmentados e dispostos como um nicho para curiosidades despertadas e para atender a necessidade das grandes potências de conhecerem melhor suas áreas de influência. Mesmo assim, com o crescimento econômico asiático, áreas como a Economia e as Relações Internacionais passaram a dedicar maior número de investigações sobre essas sociedades, destacando a centralidade da região Ásia-Pacífico para a geopolítica mundial.

No que tange à Conscienciologia, percebo que destacam-se, quantitativamente, estudos sobre o velho continente europeu, bem como alguns estudos e atividades voltadas para a Ásia e para a África possuem certo espaço. Isso, a meu

ver, é bem notório em atividades da Consecutivos, por exemplo. No entanto, de modo geral, o continente americano e, mais ainda, sua porção sul, merece maior destaque nos estudos que considerem aspectos de sua multidimensionalidade, seja considerando a extrafísica ou retrovidas, por parte dessa nova ciência. A partir de minhas percepções depois de leituras e cursos na conscienciologia, acredito que este olhar para essa região, nos permitiria, inclusive, realizarmos as assistências e, até, auxiliarmos nas recomposições necessárias. Temas tratados em alguns cursos e que remontam à célebre publicação de Waldo Vieira, 700 experimentos, publicada em 1994. É importante ressaltar que a própria ciência Conscienciologia surge nessa região, uma porção do Planeta marcada pelo processo de conquista e derrocada de civilizações, conflitos étnicos, multiculturalidade, escravidão, grande exploração de minerais e da vegetação, processos migratórios, miscigenação, sincretismo religioso, dentre outros aspectos que nos permitem encontrar casuísticas merecedoras de nossa atenção, estudo e autopesquisa.

Desse vasto continente, a atenção aqui dispensada será sobre uma região em particular que, nas ciências convencionais, costumamos chamar de América Andina, abarcando países e regiões como o norte da Argentina, o Chile, a Bolívia, o Equador, a Venezuela, o Peru e a Colômbia. Nessa mesma região, há cerca de pouco mais de uma década, surgiu um grupo de estudiosos(as) que se lançou ao debate sobre a manutenção e os traços da experiência colonial europeia na região, mesmo depois dos processos de independência política. O Grupo Modernidade/Colonialidade lançou reflexões importantes que tiveram considerável impacto e ganharam grande relevo nas ciências sociais latino-americanas, de modo geral, a partir da década de 1990. A proposição maior desse estudo introdutório é levantar o debate possível entre esse arcabouço teórico das ciências sociais e o paradigma consciencial. Para um debate mais fidedigno a esta empreitada aqui será adotada uma nomenclatura particular, já empregada em alguns estudos que remetem a estes resgates originais, para a referência sobre a região tratada e estudada, no caso, Região Afroameríndia de colonização Ibérica.

Este seria um texto introdutório a uma agenda de pesquisa na área de holocarma das nações. Este verbete remonta a estudos de Waldo Vieira no tratado *Homo sapiens pacificus*, de 2007, que foi fonte primordial para que Gustavo Vieira avançasse nas pesquisas que levariam à apresentação em Tertúlia (de número 5163). Basicamente, se entende por holocarma das nações o conjunto de consequências evolucionológicas advindas da dinâmica da lei de causa e efeito, mas aplicada à área da Paradireitologia, e, assim, destaca-se a conta-corrente cármica do grupo de consciências que fazem parte de determinado povo ou civilização, ou seja, que compartilham certa unidade política e cultural. Acredita-se que isto possui considerável impacto sobre a Socin no planeta Terra. É por isso, e, a partir desse contato inicial com o verbete e a área do paradireito, que julgo importante iniciar algumas reflexões que considerem este debate, outros possíveis e decorrentes dele, os quais podem ser aplicados a um maior conhecimento, estudos

e autopesquisas relacionados a esta região do Planeta. Por isso, este texto pretende lançar alguns conceitos e termos para reflexão e problematizar as relações a serem estabelecidas entre a nova ciência conscienciologia e alguns importantes avanços nas ciências sociais das últimas décadas. De igual maneira, pretende valorizar e chamar atenção para uma região que carece de mais estudos conscienciológicos, até como forma de autopesquisa, que é a Região Afroameríndia de colonização Ibérica, em especial, nos Andes.

Contudo, não são apenas aspectos vinculados a filiações teóricas que nos levam à escolha daquela que é conhecida como região andina, mas, também, o fato de se tratar de local de profundas transformações e processos políticos que marcam a história recente do continente americano, justamente por voltar e refletir sobre suas bases colonizadoras constituintes. Para esta tarefa, será de fundamental importância a compreensão de um holopense que não apenas identifica as diferentes matrizes culturais que aqui se encontram e se chocam, como também a construção de um materpense próprio desse processo formativo, ou seja, de que esses países passaram por um processo de invasão, dominação, colonização marcado pelo extermínio em massa, o genocídio indígena e negro, a migração, a aculturação, a importação e incorporação de outras características culturais de modo híbrido, mestiço.

Com o projeto Europeu de colonização do novo mundo, ocorre um encontro de diferentes matrizes políticas, econômicas, culturais, religiosas, étnicas, de modo violento, hierarquizado e hegemônico e que resulta em um produto novo, diferente das partes originais constituintes. É salutar pensar os termos de nossa convivialidade, as relações entre diferentes povos e suas recomposições e remissões necessárias para a construção de sociedades mais afins à megafraternidade e à evolução cosmoética dos povos dessa região e suas nações. Isto será possível ao considerarmos o hemisfério ocidental e seu histórico pré-colombiano, passando pela fase da conquista e colonização e abarcando o período das lutas pela independência e formação de nossos Estados Nacionais. Nestes processos, poderemos também considerar o neologismo e o neoconstructo aqui proposto – ‘intercruzamento holocármico’, processo ao qual pretende-se chamar atenção como necessário para essas pesquisas e estudos. Por exemplo, imaginamo-nos no Egito antigo em liteiras, mas não jogando o ancestral do futebol, com os povos maias. Nos questionamos sobre que papel tivemos na revolução francesa, mas não nas revoluções e guerras que tomaram conta desse continente em seus processos independentistas no século XIX. Estamos sempre ao lado dos grandes navegadores, mas não nos questionamos sobre as importantes descobertas científicas usando um quipu, na condição de quipucamayó (responsável pelo Quipu), fazendo cálculos matemáticos para questões fiscais do império inca ou usando-o como calendário para as principais festividades. E se aqui estamos, quais as nossas possibilidades e necessidades de recomposição com essas civilizações e povos originários, como com aquelas e aqueles que para aqui vieram, *fazer deste velho mundo, um novo?*

A convivialidade com outras consciências para assegurar o avanço e o alcance do proposto pelo paradireito no que diz respeito à observação e estudo de normas afins ao fluxo cosmoético, deve nos permitir o alcance da proposta da paradiplomacia para as negociações multidimensionais, visando aos consensos e às concessões cosmoéticas grupais para a realização de trabalhos evolutivos conjuntos. A proposta é que isso possa ser aplicado aos estudos sobre holocarma das nações e, em especial, ao estudo e observação das recomposições e da nossa necessidade de evolução como consciência e libertação de interprisões grupocármicas que nos trouxeram a esta experiência nesta região do mundo. Edificar novas percepções e parapercepções sobre o conhecimento, os saberes, o *modus operandi*, a história dessa região, é fundamental a partir de processos de desconstrução de nosso paradigma assentado em bases ocidentais, provenientes da cosmovisão, valores e cultura do povo europeu. Isso se faz nos estudos e pesquisas conscienciológicas, mas também no agir conscienciológico, aquele vinculado aos seus princípios, sobretudo a nossa experiência nesta existência, em nossos hábitos, pensenes, ações sociais, políticas em nosso cotidiano. Afinal de contas, de que adiantaria para minha evolução e para a evolução grupal, para o trabalho com o holocarma desta região, fazer um trabalho energético a partir da parapercepção de consciexes afroameríndias e cotidianamente não ter uma firme posição ou fazer escolhas, que de fato, estejam mais próximas a projetos cosmoéticos?

Na trajetória enquanto pesquisadora desde a graduação em Ciências Sociais, passei a me dedicar aos estudos referentes aos países latino-americanos de colonização espanhola. No doutorado em ciência política e atividades posteriores, concentrei-me nos estudos dos chamados países andinos, tornando-me especialista nessa região. Em anos de estudo e publicações realizadas, as afinidades sentidas, a facilidade no domínio do idioma, do aprendizado sobre a história política destes países, as experiências de viagem me levaram a questionar minha relação com estes povos, países, sociedades. A escrita deste artigo pode funcionar como importante técnica de assistência ideativa. A divulgação dessas ideias, seja nas publicações vinculadas à minha atividade como pesquisadora universitária ou através deste estudo, permitem um autodesassédio e, posteriormente, quem sabe, um heterodesassédio que pode ser fundamental para minhas recomposições e reciclagens necessárias. Minhas relações pessoais e profissionais também foram marcadas pelo encontro com conscins nascidas nestes países e tive a oportunidade de viajar para quase todos os países dessa região. Poderia afirmar, ao fazer um inventário autoral, que existem megatendências, uma matriz pensênica ou um materpensene autoral em meu processo de escrita como autora, marcado pelo trabalho com temas relacionados à democracia, neoliberalismo, desenvolvimento, história e relações internacionais da região andina<sup>1</sup>.

1 Essas reflexões foram possíveis depois da participação no curso Retrodiscurso Seriexológico, da professora Denise Paro, junto à Consecutivus em 13 de junho de 2020.

Ao realizar um curso vinculado à revista *Interparadigmas*, intitulado *Transição Autoparadigmática*, cheguei à conclusão, com o suporte dos docentes do curso, que minha caminhada de autopesquisa dentro da Conscienciologia poderia iniciar-se pelo campo de estudos sobre o holocarma das nações. Pode parecer óbvio, mas para mim não era. Nos anos em que realizei leituras, cursos e participei de atividades da Conscienciologia sempre me chamaram atenção outras especialidades como a Seriexologia ou a Proexologia. De modo muito positivo, percebi as potencialidades de minhas contribuições, bem como dos estudos sobre holocarma das nações para meu autodesenvolvimento no sentido de minha autopesquisa. A partir disso, propus-me o desafio, mesmo não sendo uma consciencióloga e professora de Conscienciologia, de escrever este texto na interface de minha experiência acadêmica tradicional e de meu contato de aproximação com a conscienciologia. Após a primeira versão deste trabalho, as revisões sucessivas incluíram aprendizados propiciados por cursos e formações realizadas, principalmente, durante a pandemia.

Na atualidade, coordeno um programa de pós-graduação no qual os estudos sobre esta região e o paradigma decolonial são aportações importantes às atividades desenvolvidas nas pesquisas conduzidas, publicações, dissertações produzidas pela comunidade acadêmica do programa. Em anos de funcionamento, o programa passou por algumas perdas e momentos desafiadores e, recentemente, em momentos de vigília pude identificar algumas questões vinculadas ao grupo, um holopensene, relacionado a possíveis retrovidas, o que contribui para a autopesquisa holobiográfica, envolvendo as seguintes questões: colonialismo, caudilhismo, diáspora africana na América Latina. Considero, pelas experiências vividas e pelas repercussões recentes, que a tratativa do tema através deste texto tem contribuições positivas para as recomposições necessárias ao nosso grupo, bem como para uma convivência sadia.

A primeira seção do texto é dedicada a aspectos conceituais fundamentais para realizar este estudo sobre o holocarma das nações. Além de outros conceitos e neologismos da Conscienciologia que são aplicáveis às reflexões aqui propostas. Em um segundo momento, este campo de debate conceitual se debruça sobre os regimes políticos, e, em especial, sobre o mais analisado no mundo contemporâneo, seja na ciência política como na Conscienciologia – o regime democrático. No presente trabalho, este debate é base para avançarmos rumo à problematização e especificidade dos processos políticos recentes na região andina em torno do regime democrático, mais especificamente, tratando da democracia comunitária andina. Esta seção cumpre a função de introduzir o debate central neste estudo que é a apresentação do paradigma decolonial e a propositura de um debate interparadigmático que realizaria a ponte necessária para uma abordagem paradecolonial na Conscienciologia, aplicada ao estudo do holocarma das nações da região em estudo. Por fim, a seção que encerra o debate traz alguns aspectos e especificidades da realidade latino-americana e da região.

## 2. ASPECTOS CONCEITUAIS

### 2.1 Conceitos básicos e definições úteis envolvendo holocarma das nações

Essas reflexões aqui apresentadas se inserem na seara da Conscienciologia denominada **estudos do Holocarma das Nações**, cuja definição nos leva ao conjunto das contas cármicas: **egocarma, grupocarma e policarma**. Apresentarei, de modo breve, algumas das conceituações, ideias e argumentações com as quais tive contato na Conscienciologia e que me levaram a ter ideias e a pensar as possibilidades de diálogo entre esta última e meu campo de formação, atuação e pesquisa nas Ciências Sociais, e, mais especificamente, na Ciência Política e Relações Internacionais. Não sou consciencióloga, voluntária ou professora da Conscienciologia, logo meu lugar de fala neste debate interparadigmático me situa no campo das ciências tradicionais buscando um diálogo possível e, também, possibilidades futuras para aprofundar estudos, fazer autopesquisa e até explorar uma área desta nova ciência. Mesmo não sendo a oportunidade de explorar e centrar a análise nestes termos que virão a seguir, sem eles, sem um estudo básico e introdutório sobre estes temas, não me teria sido possível escrever este texto, propor os argumentos aqui apresentados. E será a partir deles, em diálogo com as proposições que aqui apresento, que possibilidades futuras se apresentarão. Não vislumbro como realizar este debate mais específico, sem a compreensão de aspectos mais amplos, correlacionados, sem identificar as contribuições de outros verbetes e estudos de diferentes especialidades da Conscienciologia que considero essenciais para o estudo das sociedades, em sua forma de convivência, suas disputas políticas e ideológicas, seus traços culturais, sua história, por exemplo.

Pesquisar o holocarma de regiões e nações específicas tem utilidades múltiplas:

Possibilita compreendermos como as sociedades humanas podem evoluir a partir do estudo de suas relações interconscienciais e das consequências para o holocarma destes povos e civilizações. A **Conviviologia**, subcampo da **Comunicologia**, é a especialidade da Conscienciologia dedicada a estes estudos.

Ainda podemos atrelar a esta discussão o debate sobre outro importante neologismo conscienciológico, o da **megafraternidade** que seria o senso humanitário avançado, fundamentado pelo sentimento de amor cósmico por todas as consciências, um amor universal e indiscriminado. Seguramente, a megafraternidade pode ser vista como um motor essencial ao convívio das sociedades humanas de modo harmonioso e determinante para sua evolução e, consequentemente, para um balanço positivo quanto ao seu holocarma. Embora deve-se reconhecer que essa construção depende de recins individuais e grupais profundas.

Contribuiria também para fomentar um **holopensene** sadio, capaz de promover **recins**, recomposições e libertações grupocármicas em nível societal. Essas superações evolutivas em escala maior dependem da identificação do **ma-**

**terpensene**, que é o pensene matriz, o holopensene predominante naquele povo, sociedade e civilização. A intenção é a transformação desse materpensene, através da convivialidade fraterna direcionada a todos os seres vivos, independentemente e, ao mesmo tempo, sem contribuir para aprofundar clivagens.

Com base no exposto, a título de exemplo, temos noções básicas de como podemos avançar nos estudos da parapolítica, em especial, definindo os materpensenes determinantes de cada modelo político e projeto para nos aprofundarmos no tema do holocarma das nações em nossos estudos de caso. Como pesquisadora, ao analisar as inovações político-institucionais e mudanças em projetos políticos e sociais dos países que me dedico a estudar há mais de uma década e, agora, nessa perseguição por estabelecer uma ponte com a Conscienciologia, me é irrevogável não buscar estabelecer o materpensene para cada modelo político em voga ou em disputa. Ganhou protagonismo na Ciência Política o debate entre o modelo de democracia liberal versus o modelo de democracia participativa e protagônica proposta por governos da Bolívia, Equador e Venezuela. Como, na Conscienciologia, poderiam ser pensados os materpensenes envolvidos? Outro exemplo, o maior debate travado na Ciência Política Contemporânea se dá em torno da chamada crise da democracia liberal após duzentos anos de seu surgimento. Quais as pontes e diálogos possíveis entre a Ciência Política e a parapolitologia ou o paradireito?

Por sua vez, tais estudos de caso auxiliarão em algumas autopesquisas, bem como no entendimento de nossa **responsabilidade planetária e contribuirão com a reurbanização**<sup>2</sup>, enquanto sociedade. A ideia de responsabilidade planetária, a necessidade de assumir atitudes que sejam positivas no sentido de uma preocupação e de ações voltadas ao nosso papel na proteção do meio ambiente são também fundamentais para o estudo dessa região, como perceberemos ao tratarmos do debate decolonial e da ideia de uma democracia comunitária andina.

No que se refere ao debate aqui proposto, seja enquanto desafio de produzir este texto, como nos processos políticos históricos e em curso na região, ele pode contribuir e impactar nas reciclagens individuais e grupais, sejam de comunidades, setores da sociedade, grupos, lideranças políticas e até estudiosos(as) especialistas na região. Há anos a Conscienciologia já contribui com seus estudos, debates e pesquisas para reciclagens pessoais e coletivas e o avanço dos estudos de Paradireitologia e, mais especificamente, de holocarma das nações, realizaram importantes avanços que repercutem para essas questões. Acontece que, em grande medida, esses estudos versam sobre casos europeus, não enfrentando as provocações do debate decolonial ou aprofundando estudos sobre este hemisfério e suas subregiões.

---

2 Reflexões suscitadas a partir da realização do curso Reurbex pela ECTOLAB (EAD) com o conscienciólogo Hernande Leite em 03 de maio de 2020.

## 2.2. Regime político, *Zeitgeist* e holopensene

Um exemplo bastante simples sobre o materpensene de determinada civilização remonta a reflexões sobre um regime político, seu sistema político, econômico e social. Antes da chegada dos colonizadores europeus, a região aqui estudada, a Região Afroameríndia de colonização Ibérica nos Andes, já era habitada por diferentes civilizações há milênios. Quando pensamos a realidade hemisférica e seu histórico político contemporâneo, as experiências ditatoriais que marcaram o século XX chamam atenção, mas não podemos deixar de considerar o marcante legado deixado pelo período colonial cujos traços persistem até os dias atuais, inclusive trazendo impactos para os regimes políticos em vigor e para as democracias na região.

### 2.2.1 Teoria Democrática e as contribuições da Parapoliticologia

O regime democrático, adotado em muitos países do globo a partir das últimas décadas do século, contribui enormemente para a aplicabilidade e entendimento desse conceito. No âmbito da ciência política, a chamada democracia em alusão à democracia grega não é por si mesma o modelo mais avançado, pois a participação em si, na Grécia antiga, só era possível pela exclusão dos estrangeiros, submissão das mulheres relegadas à esfera doméstica e exploração dos escravos. No âmbito da Conscienciologia, Luciano Melo<sup>3</sup>, em seus estudos sobre Politicologia, trata de uma escala evolutiva dos regimes e levaria ao estabelecimento da Conscienciocracia, era de colegiados na parapolítica de comunexes avançadas, sendo seus indicadores a felicidade, a horizontalidade e a participação. Para se alcançar essa etapa evolutiva seria necessário abertismo consciencial para que as conscins libertárias pudessem avançar a uma cosmocracia. Mas, isso corresponde também às recomposições de cada período histórico. Como lembra o conscienciólogo acima citado, quando se pensa as ondas de democratização percebe-se que o pós-Segunda Guerra Mundial foi marcado por um período de grande reurbanização extrafísica e que a atual onda política, marcada pela erosão da ordem liberal internacional é liderada por governantes nascidos no pós-1945 na condição de **Consréus**<sup>4</sup> renascidas que assumiram o poder a partir de 1990. O **materpensene** democrático era, assim, o do estabelecimento da cidadania, pois vinculava a dimensão dos direitos e deveres na polis a partir da atribuição do *status* do cidadão. O **holopensene** da Ágora é o privilégio de quem pode ser

3. Curso Da democracia à conscienciocracia. Ação Integrada CCCI. 22 de novembro de 2020.

4. “A consréu é aquela consciência extrafísica de paragenética patológica compulsoriamente deslocada – por atuação das reurbanizações extrafísicas – da comunidade extrafísica patológica da baratrofera onde estava há séculos, para outra comunidade extrafísica de transição, a fim de se preparar para ressomar na Terra, ou ainda sofrer a transmigração imposta para outro planeta de evolução intrafísica inferior a este”. Fonte: Conscienciopedia, Disponível em: <https://pt.conscienciopedia.org/index.php?title=Consr%C3%A9u> Acesso em: 01 de maio de 2021.



tido por cidadão. Durante séculos, este termo foi ainda visto de maneira pejorativa, o governo do povo, daqueles que não sabem governar, das massas “ignóbeis”.

Na ciência política, em especial, no campo da teoria política e na área específica da teoria democrática temos diferentes arcações teóricas, escolas de pensamento e visões sobre a democracia. Originariamente, a experiência democrática se vincula ao modelo grego na antiguidade. O ressurgimento da democracia se deu por volta do século XIX depois das revoluções burguesas e do advento do liberalismo. A democracia é resgatada, mas, diferentemente da experiência de participação política direta, é vinculada ao regime liberal e se manifesta através do modelo representativo.

A democracia em voga no mundo contemporâneo é a democracia liberal, regime que reúne características próprias dos dois regimes, mas com prevalectimento do regime liberal. Cabe destacar que temos o liberalismo enquanto doutrina econômica, mas também como doutrina política. Liberdades civis, liberdade de expressão, reunião e associação, divisão de poderes são conquistas do período iluminista que confluíram para a remodelação da democracia e seu contraste com a democracia antiga. Da mesma forma como a democracia grega é o modelo dessa forma de organização política do mundo antigo, a democracia estadunidense é o modelo para a democracia contemporânea. Como já mencionado, mesmo com a necessidade de precisões conceituais para a definição de um regime democrático em contraste com outros regimes, é importante ressaltar a existência de diferentes teorias em torno da democracia. Desde o ressurgimento da mesma no mundo contemporâneo tivemos diferentes escolas de pensamento, como o elitismo democrático, o pluralismo, as teorias deliberativas, a democracia participativa, o pluralismo radical, entre as mais influentes na filosofia e na ciência política. O aprofundamento neste debate nos levaria a fugir do tema aqui proposto e, por isso, será realizado apenas na medida em que for necessário ao nosso tema.

Na seara da teoria democrática, as teorizações em torno de uma democracia participativa no mundo moderno, compreendendo uma dinâmica de inclusão de mecanismos de participação e deliberação política, encontraram no paradigma da ação comunicativa de Jürgen Habermas a leitura mais propícia a estes estudos. No século XXI, as mudanças políticas que se deram na Venezuela, Bolívia e Equador, traduzidas em mudanças para uma nova constituição, resgataram ideais de uma democracia participativa, no sentido de adotar medidas de participação em uma democracia representativa. Além disso, essas reformas realizadas por estas democracias andinas buscaram inspiração nas formas comunitárias de organização política das comunidades de povos originários, reconhecendo seu direito de autodeterminação.

Na última década, a ciência política latino-americana se mobilizou em torno dos estudos de caso destes países em suas inovações político-institucionais e normativas. Na área do Direito, abre-se um campo de estudos que versa sobre o novo constitucionalismo latino-americano e que se debruça sobre as análises

das constituições destes países acima citados e suas contribuições para o direito constitucional. Como esta discussão sobre a democracia na região andina é de extrema importância para o objetivo central do artigo, que é a proposta de um debate decolonial, a mesma será retomada oportunamente na seção seguinte que trata da experiência da democracia comunitária andina.

As noções de participação e democracia são observadas não apenas em teorias políticas ou nas invocações institucionais ocorridas em países andinos, já que a neociência Conscienciologia se remete a estudos, pesquisas, experiências e observações que dialogam diretamente a ideia de *cratos*, ou governo no original grego.

Mas, os estudos na área da Politicologia vão mais além da experiência da Cognópolis em seu conselho, associações, assim, como também vai mais além da própria organização e da dinâmica de funcionamento das instituições conscienciológicas. Ou seja, o paradigma consciencial se dedica a pensar, analisar e propor formas de organização social e convívio mais afins aos seus preceitos. Na idade contemporânea, a democracia liberal, se tornou o regime político por excelência mais defendido do mundo, a fórmula ideal para alcançarmos valores caros às sociedades que passaram pelas revoluções liberais e as experiências totalitárias do mundo entre Guerras. Contudo, seguramente, aqui levamos em conta que a Conscienciologia almeja alcançar não a democracia tal qual conhecemos em nossa experiência democrática liberal, ou nas diferentes vertentes debatidas na ciência política, ou a um mero retorno às experiências da democracia ateniense, mas sim a Cosmocracia, cuja etapa que nos seria mais próxima seria Conscienciocracia<sup>5</sup>.

Uma provocação interessante, para colaborar com a proposição aqui apresentada de um paradigma paradecolonial na Conscienciologia se dá em relação ao fato de que o diálogo, seja para se inspirar ou utilizar alguns de seus componentes como também para negá-los, questioná-los e ultrapassar os mesmos, no que tange a ideia de governo (*cratos*), na Conscienciologia, ainda se dá, majoritariamente com o *mainstream* mecanicista e racional de uma ciência política radicada no mundo anglo-saxão e que vê suas origens sobre uma experiência ateniense (ocidental) remontada à era clássica, em detrimento de um debate assentado no século XXI, proposto por pensadores(as) locais e que se refere às dinâmicas políticas e sociais do continente americano. É a partir daqui que podemos

---

5. Este debate foi apresentado em uma Tertúlia, pelo pesquisador Luciano Melo, em 2017. O que chama atenção é a proposição inerente à proposta de que este seria um regime dos mais evoluídos, o que afeta diretamente a ideia de participação da democracia direta que inspira os experimentos conscienciológicos. O risco é, tal qual, a democracia grega, que mais do que participativa era excluyente, de se caminhar no sentido oposto do almejado, estabelecendo assim, um regime dos supostamente melhores, tal qual o modelo elitista democrático Pareto e Michels. O que impediria a realização de uma das facetas da participação política cidadã, debatida por Rousseau, defensor da democracia direta, a do efeito pedagógico da participação, transposto ao universo da consciencial corre-se o risco de não permitir o aprendizado, o exercício, o entendimento e a evolução de determinada consciência não considerada ainda apta à conscienciocracia.

entender as contribuições de um modelo outro de democracia, o da democracia comunitária andina e de um paradigma das ciências sociais latino-americanas, o paradigma decolonial. Há milênios diferentes civilizações em diversas partes do mundo se organizam politicamente, a política não nasce com a experiência grega. Experiências comunitárias, participativas, diretas também não são sua exclusividade. Dessa forma, sugere-se que os estudos sobre o tema, na Conscienciologia, também possam sofrer esta espécie de desconstrução de um olhar ainda eurocêntrico, dialogando e reconhecendo outras experiências históricas e políticas, seja para uma aproximação, identificação, crítica ou superação.

Ao realizar um curso da revista *Interparadigmas*, me deparei com a ideia do estabelecimento de uma ponte interparadigmática, que sugere a necessária conexão entre o paradigma consciencial e paradigmas das ciências convencionais e tradicionais, reconhecendo suas controvérsias e possibilidades de interlocução. Após algumas leituras e cursos na Conscienciologia, em diferentes áreas e instituições conscienciológicas, ainda buscando possibilidades de diálogo, encontrei no paradigma decolonial esta possibilidade. E, aí sim, propor o estabelecimento de uma ponte interparadigmática que nos leve a um debate **paradecolonial** para o estudo do holocarma das nações e para o entendimento das ocorrências de **intercruzamentos holocármicos** essenciais para o estudo da região.

### 2.2.2 O debate sobre uma democracia comunitária andina

No presente artigo, a sugestão e convite à reflexão caminha no sentido da democracia comunitária andina, como experiência possível de democracia, no âmbito das reflexões sobre parapolítica na Conscienciologia. Como definição tem-se que a democracia comunitária, atualmente, representa um resgate realizado pelo pluralismo político presente no novo constitucionalismo latino-americano, cuja maior expressão é a atual constituição da Bolívia, seguida pelas constituições do Equador e da Venezuela. Notadamente, as reivindicações e a organização de movimentos indígenas nestes países promoveram o resgate de experiências de organização social comunitárias, antes praticadas pelos povos originários, mas de modo híbrido e adaptativo ao contexto de uma sociedade complexa, marcada pela colonialidade.

É possível vislumbrar neste cenário, a partir da experiência política que vem se desenvolvendo na América Latina, uma nova democracia que procede de tradições distintas à ocidental e emerge a partir de um processo de lutas de insurgência popular que vêm ocorrendo no país. Neste contexto, irrompe um novo paradigma político, para além dos limites da racionalidade burguesa eurocêntrica. Trata-se da democracia comunitária, pautada no novo constitucionalismo pluralista latino-americano, previsto nas novas cartas políticas e materializada nas práticas concretas de países (Scussel, 2018, p. 9).

Estes estudos e a noção mesma da democracia comunitária enquanto associação entre os modelos representativos, participativos e comunitários de democracia são mais avançados que os estudos do pluralismo clássico, vertente da ciência política convencional, do qual Robert Dahl é seu principal expoente e que toma como modelo a democracia liberal, procedimental e burguesa.

Um dos pontos mais relevantes desta recente experiência política nas nações andinas é a retomada de preceitos vinculados à tradição dos povos indígenas como forma de organização societal e política. A visão comunitária que suplanta o individualismo característico da democracia liberal. A relação com a natureza que inverte a que foi estabelecida depois da experiência do humanismo e do racionalismo que colocaram homem e natureza enquanto opostos e o ser humano em condição hierarquicamente superior. A sabedoria destes povos em suas relações místicas e com a natureza foram elementos considerados na realização de processos de reformas e mudanças políticas de fundamental significado para os países da região no século XXI. Assim como a experiência ateniense, esta também é uma experiência de organização política ancestral, mas contrariando a experiência europeia, a regional não marca posições de privilégio ao determinar limites para o exercício da cidadania. Embora saibamos que na região, no período pré-colombiano, ocorreram experiências de organização política na forma de império, também com o recurso de domínio e conquista sobre outros povos, a democracia comunitária andina apresenta como materpensene o chamado *buen vivir* ou viver bem, em alusão à paz e harmonia dos povos originários com a natureza, algo muito próximo dos debates recentes na Conscienciologia em torno de uma responsabilidade planetária. Inclusive existe uma pré-IC chamada responsabilidade planetária e cujas temáticas vinculadas trazem também um olhar sobre a relação do ser humano com o Planeta e com o meio-ambiente. O holopensene dessa democracia comunitária seria, como o próprio nome aponta, o viver comunitário, a cooperação, a colaboração, a comunidade, o grupo.

A ciência política vem estudando o tema e propondo nomenclaturas diversas. As experiências historicamente recentes nos países andinos, notadamente do período caracterizado pelo surgimento de novos líderes e partidos, pela hegemonia de partidos e projetos políticos progressistas e de esquerda, podem ser encontrados na literatura com a nomenclatura de *democracias participativas*, *experiências bolivarianas*, *socialismo do século XXI*, *Revolução Cidadã* ou *democracias protagônicas*. Contudo, a definição que carece de maiores reflexões e estudos e que nem nos permite uma exata identificação de origem, mas que defendemos aqui como a mais representativa dessa experiência e mais adequada à realização deste esforço interparadigmático de propor um debate paradecolonial é o termo *democracia comunitária andina*.

### 3. DECOLONIALIDADE E A PROPOSITURA DE UM DEBATE PARADECOLONIAL A PARTIR DO INTERCRUZAMENTO HOLOCÁRMICO

Para dar vazão a estes estudos aqui é proposta, de maneira a contribuir com uma visão interparadigmática, a percepção da necessidade de uma leitura **paradecolonial** em referência ao paradigma decolonial proposto pelo Grupo Modernidade/Colonialidade nas ciências sociais “latino-americanas”. Mais além daquilo que pretendiam os cientistas sociais, a ideia de paradecolonial aqui é traçada como um objetivo cosmoético aplicado à seara da parapolitologia, ao vislumbrar como este olhar pode ser oportuno para a evolução dessas sociedades em seu curso holocármico, a fim de superarem a fase de interprisão e vitimização e avancarem para a recomposição, tal como apresentado no livro 700 Experimentos, que é um tratado da Conscienciologia, produzido por Waldo Vieira e, originalmente, publicado em 1994, pela Editares, ao se tratar do **curso grupocármico**.

Seria assim possível perceber como se daria uma ponte interparadigmática entre este recente paradigma científico vinculado às convencionais ciências humanas em direção ao paradigma consciencial. Por isso o neologismo apresentado considerando uma abordagem paradecolonial, ou seja, a ponte, a conexão estabelecida entre o decolonial e a Conscienciologia.

Outro aspecto importante, esta ponte interparadigmática não busca superar apenas a abordagem da ciência tradicional rumo à nova ciência Conscienciologia, mas considerar os pilares que constituem estes diferentes paradigmas – decolonial, modernizador europeu e consciencial. Fazendo contraponto, defende-se aqui que a Conscienciologia precisa superar até seus parâmetros, seja de conformidade ou de contraposição, com o modelo modernizador europeu, em prol de uma perspectiva que não considere a perspectiva europeia como universal e dê conta de outras visões e culturas, como propõe o debate decolonial nas ciências sociais e como pode vir a ser um debate paradecolonial na Conscienciologia.

O paradigma da modernidade, estabelecido a partir do estabelecimento do humanismo e das grandes navegações, da conquista e da colonização europeia no mundo, também se pautou no universalismo, mas em outro sentido, já que representou a condição de universalizar seus padrões estéticos, culturais e sociais no domínio e subjugação de outros povos, nada correspondendo ao sentido cosmoético do universalismo consciencial. Parte deste projeto também significou o império da ciência tradicional, em especial do racionalismo e sua visão mecanicista da realidade. Se por um lado, o avanço da ciência tradicional representou importantes avanços, o rompimento com o que não era considerado racional realizou uma cisão drástica para a compreensão de certos fenômenos e da

multidimensionalidade. A relação com a natureza, as bioenergias, as existências múltiplas e seu caráter seriexológico foram ignorados e negados pela ciência convencional fortalecida no projeto eurocêntrico. No processo colonizador, os saberes ancestrais, as crenças, os ritos, as experiências com o mundo extrafísico, a relação com a natureza foram substituídos pela crença cristã, e essas experiências faziam parte das sociedades do continente que viriam a chamar de americano.

Não apenas materialmente, mas as mudanças e a hegemonia dos padrões culturais e científicos europeus significaram profundo prejuízo para os povos que habitam este continente há milênios, pelo processo de aculturação pelo qual passaram e pela imposição de padrões europeus de racionalidade. Existem várias racionalidades, cosmovisões, formas possíveis de organização social e econômica. O projeto de modernidade Europeu que se expressou pela colonização, em diferentes partes do mundo, criou hierarquias entre povos, religiões e etnias, justificou massacres, cruzadas, genocídios, escravidão, apartheid, holocausto. Desconheceu culturas, julgou, aniquilou e estabeleceu parâmetros a serem impostos. Vejamos, qual a nossa ideia de modernidade? Estradas, edifícios, fábricas em contraposição ao que consideramos atrasado, o meio rural, tribos indígenas. Nossa relação com a natureza enquanto topo da cadeia alimentar, não pertencentes à natureza, seres que dominam. Esta é uma visão construída a partir de uma perspectiva de modernidade, que coloca o cacique como ultrapassado perante o executivo. Vejamos dois exemplos simples e atuais, como os padrões de desenvolvimento da China, maior economia do mundo e que enfrenta sérios problemas de poluição e a imposição de um regime político ocidental pelos Estados Unidos ao Iraque, depois da invasão. O ponto em comum, um padrão de racionalidade europeu que institui um modelo de modernidade a ser seguido e imposto como regra dominante e universal à despeito da diversidade cultural mundial e que cria cisões, marginalizações, hierarquias.

Os povos que habitam há milênios os Andes centrais estabelecem uma relação direta com a natureza, a ponto de considerarem o planeta uma divindade, do quéchua, Pachamama, ou mãe terra. No primeiro dia do mês de agosto, comemora-se na região o dia da Pachamama, pois através do novo constitucionalismo andino se estabeleceu a natureza como detentora de direitos constitucionais. Esta relação dos povos ancestrais, resgatada em processos políticos recentes na região, está bem mais articulada com a ideia de Responsabilidade Planetária que o holopense do processo modernizador europeu, o qual separou a humanidade da natureza. Aquele projeto modernizador europeu também estratificou a sociedade em raça, classe e gênero, solapando, assim, o comunitarismo originário de experiências de organização política e social de povos encontrados nos Andes, em prol do Estado Nacional, a forma de organização política mais afeita ao modo de produção imposto pelo sistema capitalista.

É fundamental, neste momento, apresentar de modo mais definido o paradigma decolonial<sup>6</sup> e a ideia mesmo de decolonialidade.

Já a abordagem decolonial procura desvincular conceitos ocidentais como o próprio “imaginário da modernidade”, propondo a pluriuniversalidade como projeto universal em substituição de qualquer universal abstrato (Mignolo, 2008, p. 289). Segundo Mignolo, a outra face da modernidade (narrativa europeia) é a colonialidade. A modernidade promoveu a colonização do tempo, com a “invenção da idade média” e do espaço com a conquista do mundo novo. Dessa forma, ocorreu a própria “invenção” da América através da ideia de que a modernidade europeia teria a missão de converter, civilizar e desenvolver aquelas civilizações (Oliveira, 2013, p. 114).

Acontece que esse processo não termina após as independências políticas das colônias em relação às suas metrópoles. Para melhor entendimento, o termo colonialidade do poder, pode ser aplicado:

A colonialidade do poder é um conceito desenvolvido originalmente por Aníbal Quijano, em 1989, e amplamente utilizado pelo grupo. Ele exprime uma constatação simples, isto é, de que as relações de colonialidade nas esferas econômica e política não findaram com a destruição do colonialismo (Ballestrin, 2013, p. 99).

O paradigma decolonial não se refere ao processo de descolonização ou mesmo ao processo colonial em si mesmo, mas à necessidade de percepção de que existem traços, dinâmicas, processos que perduram mesmo com o fim da colonização, ou seja, a colonialidade, por isto não basta descolonizar, mas pensar a decolonialidade. Por isto, o grupo de estudiosos, dos mais diferentes países, que se formou no início dos anos 1990, propôs romper e ultrapassar os estudos pós-coloniais, muito em voga desde os anos 1960, em função dos processos de descolonização, da África e Ásia, precisamente. Segundo os(as) decoloniais, estes intelectuais, embora tenham contribuído para o campo dos chamados estudos subalternos, para uma teoria crítica, de certa forma, pouco avançaram para um entendimento da América Latina e Caribe e não se desvincularam de matrizes epistemológicas eurocêntricas.

Assim, os novos estudos passaram a valorizar as novas epistemologias do sul, frisando a importância de um entendimento sobre o tripé que sustentou

---

6 Aqui apresento as definições presentes em um artigo científico que publiquei sobre o tema, pouco tempo depois de ter sido apresentada a este campo de estudos por uma de minhas melhores amigas, uma importante jovem pesquisadora brasileira. Lembro-me vividamente como em sua casa, ela me apresentou alguns livros e autores(as) do paradigma decolonial ainda não tão bem conhecidos no Brasil. Para mim, a experiência da leitura, das reflexões propostas foi consideravelmente impactante. Esse contato aconteceu um ano depois de nós duas termos realizado uma viagem para um congresso internacional realizado em Quito, Equador. Foi a primeira vez que nós estivemos em um país daquela região. Esse texto de minha amiga, acabou se tornando uma referência fundamental para os estudos decoloniais no Brasil.

o projeto colonial de modernidade europeia, critérios raciais, de gênero e sociais para o estabelecimento de hierarquias culturais, políticas e sociais e a padronização cultural a partir do universalismo dos valores, costumes e saberes europeus, em detrimento de outros povos e outras culturas que foram subjulgados.

Isto posto, é possível trazer à tona, como parte desta discussão sobre a paradecolonialidade, algumas reflexões que podem contribuir, em especial, para estudos de caso sobre o holocarma das nações, voltados para esta região aqui estudada. Dessa forma, para além da proposição do termo paradecolonialidade, traçaremos a noção de **intercruzamento holocármico**. Quanto ao primeiro termo, trata-se simplesmente da ideia de que o debate paradecolonial está para a Conscienciologia da mesma forma como o debate decolonial está para as ciências sociais. Consideramos a decolonialidade em um debate que considera o multidimensional. A partir disso, o intercruzamento holocármico, ganha espaço, neste debate decolonial a partir da Conscienciologia. Tal proposição serve para identificar o processo no qual diferentes matrizes socioculturais, cada qual, com seus próprios holocarmas, se encontram e chocam entrecruzando-se ao longo da constituição dessas nações. No caso, dessas jovens nações que compõem a região que analisamos, com cerca de quinhentos anos de idade.

Ou seja, por definição trata-se do processo de cruzamento sucessivo e simultâneo do holocarma de diferentes povos e grupos étnicos. O intercruzamento holocármico reconhece as diferentes matrizes que conformam os povos, o que leva a romper com a ideia unificadora, no sentido simplificador e monolítico, de um povo, uma nação, um Estado. É reconhecida a pluralidade e diversidade de um povo e também das formas de organização política que se sucederam naquele espaço geográfico. Por exemplo, o império Inca e seu sucessor vice-reinado do Peru; Colômbia e Venezuela que juntas fizeram parte da Grã-Colômbia no século XIX. Não é possível pensar no holocarma das nações entendendo a história como única, comum. O sistema de Estados e o surgimento do Estado-Nação como sua origem é um fenômeno histórico bem mais recente, fruto daquele período histórico no qual aconteceram os chamados descobrimentos e a colonização de outras regiões do mundo pelos europeus. Na América Latina, nossos países são configurados por sociedades multiétnicas.

Para a construção de um holopensene que supere as rivalidades bairristas e os nacionalismos, é importante romper com práticas que levam as sociedades nacionais a assediarem grupos distintos e diversos que conformam seu próprio tecido social, devido ao não reconhecimento de seu intercruzamento holocármico, manifestado em sua composição multiétnica e migrante.

Identifica-se, diante do exposto, a relevância e a oportunidade que estudos sobre essa região possam ter para catalisar a evolução cosmoética desses povos e sociedades, bem como para contribuir com a **reurbex** vinculada ao holocarma delas. Nesse caso, considera-se essencial a noção de multidimensionalidade



e da serialidade de existências para recomposição relacionada ao holocarma regional, diante dos processos políticos e históricos imbricados que ali podem ser identificados.

Nas ciências sociais, o paradigma decolonial chama atenção para o debate acerca da plurinacionalidade, a diversidade cultural e étnica, levando a entender o movimento boliviano, por exemplo, que a partir de uma nova constituição altera o nome oficial do país para Estado Plurinacional da Bolívia. Um debate paradescolonial na Conscienciologia também precisa considerar que a ideia de nação, historicamente imposta pelo surgimento do sistema de Estados, encobre essa diversidade da mesma forma como deixa para segundo plano os períodos nos quais esses diferentes países foram um só, por exemplo.

#### **4. HOLOPENSENE DA REGIÃO AFROAMERÍNDIA DE COLONIZAÇÃO IBÉRICA: ASPECTOS DE SEU HOLOCARMA EM UM DEBATE PARADECOLONIAL**

Uma perspectiva decolonial a partir da Conscienciologia, melhor dizendo, a ideia de um paradigma paradescolonial para o estudo do holocarma das nações dessa região específica, considera os pilares conscienciológicos acima listados, ao passo que vislumbra a necessidade de compreensão da geopolítica do poder e do conhecimento que sustentaram a hegemonia dos países centrais no sistema-mundo e de seus paradigmas como a forma “correta” de se olhar o mundo.

Esta proposta visa reforçar a necessidade de realização de mais estudos conscienciológicos para o entendimento dos processos históricos, políticos, culturais, sociais e científicos desta porção do planeta Terra. Antes da chegada dos colonizadores europeus essas terras foram povoadas por civilizações que desenvolveram as artes e as ciências.

A primeira civilização das Américas remonta à cidade de Caral<sup>7</sup>, há cerca de 200 km de Lima, capital do Peru. Esta civilização é datada de cinco mil anos. Construída em meio ao deserto e de frente para o oceano Pacífico, já utilizava o princípio ativo que viria a compor um conhecido analgésico, possuíam um teatro para sua orquestra, pirâmides de frente para o mar e construções à prova de abalos sísmicos. Apenas no território do atual Peru, tivemos as civilizações Chevin, Moche, Paracas, que valem a pena a pesquisa. Os famosos Incas são mais recentes e seu apogeu e expansão imperial compreendeu apenas os cento e cinquenta anos que antecederam a chegada dos conquistadores, ou invasores Europeus. Os avanços alcançados por essas sociedades foram inúmeros e de causar inveja aos viajantes. A vitória do processo colonizador foi possível sobretudo pela superioridade das armas feitas de aço e pela capacidade de contaminação, ou seja,

<sup>7</sup> Em 2015, tive a oportunidade de visitar essas ruínas com uma amiga quando participamos de um congresso no Peru. Lembro-me que esta viagem marcou-me profundamente e propiciou-me grande enriquecimento cultural sobre dezenas de civilizações que habitaram aquele país antes da chegada dos colonizadores. Ao regressar, passei dias sonhando com a paisagem desértica, as pirâmides e a costa pacífica.

literalmente arma biológica, dos germes que foram introduzidos no que chamaram de Novo Mundo. Jared Diamond (2017) realiza um célebre estudo sobre os aspectos que garantiram superioridade aos povos europeus no momento da invasão, assim contribuindo para a colonização deste continente. As epidemias alastradas pelos povos colonizadores foram determinantes para o enfraquecimento das populações locais em resistir ao domínio dos povos estrangeiros.

Até o século XVI, diversos povos com identidades culturais muito particulares ocuparam o território hemisférico, desenvolvendo as artes, a agricultura, a astronomia e a metalurgia, por exemplo. Impérios como os Maias, os Aztecas e os Incas foram hegemônicos e dominaram diferentes povos e territórios.

A cidade do México<sup>8</sup> foi construída sobre a destruída Tenochtitlán, uma cidade majestosa de cerca de 200 mil habitantes, repleta de canais, pirâmides e plantações irrigadas. Sobre o seu Templo Maior destruído, os espanhóis construíram a catedral do México.

Os povos Maias organizaram seu império na região sul do México, expandindo-se pela América Central. Deixaram pirâmides impressionantes, mas que não têm merecido a mesma atenção se comparadas ao Egito antigo. Os Maias ainda desenvolveram um singular calendário, o Tzolkin, atribuído popularmente aos Maias Galácticos, ou seja, seres extraterrestres que teriam passado aquele conhecimento aos ancestrais do povo Maia e sistematizado por José Arguelles em pesquisas arqueológicas na região. Tive acesso a essas informações ao realizar um curso sobre o calendário e adquirir o mesmo. A Foundation Law of Time, dos Estados Unidos, é a que originalmente divulgou este conhecimento e lançou livros, calendários e cursos sobre o tema, cujas traduções foram realizados por outras organizações em diferentes países. O fato é que este conhecimento repassado se mostra de uma engenhosidade impressionante, no sentido de buscas de mecanismos e cálculos de sincronicidade do universo. Os Incas, na região do Peru, espalharam seu domínio por toda a região andina na costa do Pacífico. Eram hábeis com o exército e possuíam sofisticado sistema de tributação.

Listei apenas três civilizações, aquelas que dominaram diferentes povos, expandiram seus territórios e apresentaram diversos avanços culturais, tecnológicos e científicos mais conhecidos. Todas elas subjugadas, negadas, destruídas pelo colonizador. Isto estaria seguramente na gênese do holocarma das nações latino-americanas. Não seria bom incorrerem em simplificações, pois não tivemos *um* colonizador e *um* colonizado. É aqui que ganha evidência a ideia de uma espécie de intercruzamento holocármico. O chamado indígena é um agregado sobreposto de diferentes povos que se uniram e se subjugaram, que venceram, mas foram vencidos. O império Inca era composto por aqueles que sucumbiram à sua superioridade. Os Incas, por sua vez, sucumbiram aos colonizadores espanhóis. Naquela mesma época, a península Ibérica acabara de se libertar do domínio

8 Para o México fiz minha primeira viagem internacional e estabeleci uma forte ligação emocional com este país e sua arte.

mouro (711-1492). Não somos unos, somos muitos e muitas. *O holocarma de um Estado-Nação não pode ser pensado como holocarma daquela nação.*

O sistema de Estados surge naquela época com as navegações e os processos de criação dos Estados-Nação em unificação. Temos um Estado com várias nações, com distintas influências, diferentes matrizes étnicas e suas respectivas histórias. O árabe que aqui chega no século XIX, já estava em sua influência ibérica. Não existe um holocarma, mas um intercruzamento holocármico entre os que subjugarão e os que foram subjugados neste continente. Quando assim não pensamos corremos o risco de realizar, enquanto sociedade intrafísica, ou setor societal, uma espécie de autoassédio, no sentido de não apenas negar o outro que pertence a este território, a composição desta sociedade e cultura, mas de negar a nós mesmos, ao não reconhecermos o outro em nós, as múltiplas matrizes que nos formam.

A reviravolta política na Bolívia que levou a um golpe de Estado de 2019 está permeada de valores recolonizadores. Quando se nega a matriz indígena, se retoma o discurso cristão catequizante, se queima a bandeira identitária dos povos indígenas andinos, essas elites deixam de reconhecer a si mesmas, pois é inegável a origem indígena do grupo político que interinamente chegou ao poder.

No caso brasileiro, os debates propostos pelo presidente da República e pelo presidente da Fundação Palmares (ano base: 2020) negam a matriz africana, a desconhecem como majoritária, desqualificam o peso da escravidão e com isto fazem o Brasil negar a si mesmo. Por origem, nossos povos são a composição alcançada através de diferentes diásporas e da confluência de diferentes matizes. Aqui, esta composição social ganha ainda maior complexidade se comparada à história europeia, por mais que saibamos que aqueles países antes da unificação também eram territórios, reinos marcados por culturas, identidades e idiomas diversos.

Nossos períodos de independência política levaram ao surgimento de novos Estados-Nações, mas suas estruturas seguiram favorecendo elites que antes se vinculavam à coroa e à colonização. Não existiram rupturas significativas e essas sociedades pós-coloniais seguiram os padrões de colonização. Raça e etnia, além de gênero, foram critérios utilizados para hierarquizar as sociedades coloniais, seguindo um critério que foi central para o projeto colonial, a pretensão de construir o parâmetro para a modernidade em um desenvolvimento histórico linear que colocava no topo e no final da história as sociedades europeias. É a perpetuação desse olhar colonizador, a manutenção da colonialidade do poder e do saber que foram propostos nas ciências sociais a finais do século XX com o intuito de desnaturalizar pressupostos e visões de mundo arraigadas nesses processos que hierarquizaram, segmentaram e cindiram nossas sociedades a partir da empreitada colonial. Podemos dizer que o materpensene das sociedades europeias é a universalização de sua cultura, no sentido de que a construção do pensamento se dá a partir do eurocentrismo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve por objetivo principal a proposição de uma ponte interparadigmática entre o paradigma decolonial e a Conscienciologia, sendo essa ponte traduzida na proposta de um debate paradecolonial que, ao mesmo tempo, contribua para mais pesquisas e estudos sobre a região Afroameríndia de colonização Ibérica nos Andes, e também para a superação de visões universalistas ou eurocentristas seja na ciência tradicional como também na neociência Conscienciologia. O objetivo desta proposta é contribuir para os estudos sobre holocarma da nações, situado nas especialidades Paradireitologia e Parapoliticologia. Para isso, dentro dessa perspectiva paradecolonial que reconhece a pluralidade e os processos políticos, sociais, econômicos e culturais cruzados e comuns entre os povos da região, surge a definição que também propomos de *intercruzamento holocármico*.

O percurso realizado no texto acima corresponde à necessidade de melhor compreender os rumos tomados em vida profissional, em um primeiro momento. A escolha pelos estudos da política e das Relações Internacionais enquanto disciplinas e áreas de estudos, e, na sequência a especialização em estudos sobre a América Latina, com um olhar centrado em uma subregião. À parte disso, questões pessoais como a reverberação das experiências de viagens para alguns desses países, as relações interpessoais, sejam pessoais como profissionais com pessoas deles advindas, também suscitaram reflexões de minha parte. Reflexões sobre como a Conscienciologia poderia me ajudar a entender, pesquisar e compreender melhor essas questões em minha vida atual, me motivaram a avançar e fazer um primeiro esforço, o de compreender como esta nova ciência trata de temas e questões relacionados à política, organização social, relações entre países, por exemplo.

Nesta caminhada, talvez a percepção mais interessante para produzir um diálogo que trouxesse algumas respostas pessoais, mas que também contribuísse com o debate dentro da Conscienciologia, como o impacto sentido ao conhecer, me deparar e ler sobre o paradigma decolonial, despertou interesse em verificar como essas contribuições poderiam servir ao debate proposto sobre o tema do holocarma das nações.

Para alcançar os objetivos traçados, o texto tem início traçando a minha trajetória, tanto com relevo para questões profissionais quanto aspectos pessoais. A seguir, temos a apresentação de conceitos centrais na Politicologia e Paradireitologia e que contribuem como base aos estudos do holocarma das nações. Ou seja, antes de avançarmos na temática específica do texto, é realizado um estado da arte com premissas básicas que propiciaram à autora avançar no tema escolhido para este trabalho. Essas discussões introdutórias permitiram acompanhar um debate melhor delimitado, sobre regimes políticos e o espírito do seu tempo, o materpensene e o holopensene que se relacionam mais diretamente a estes pro-

jetos, modelos, formas de organização societal. É nesse ponto que se evidenciam as possibilidades mais avançadas de uma ponte interparadigmática entre os estudos e pesquisas convencionais e tradicionais sobre política e sobre o regime democrático, de modo mais detido, e as possibilidades deste debate dentro da Conscienciologia.

Mas, sem fugir do tema proposto e sem pretender alargar e ampliar a discussão, tratar da democracia e suas diferentes visões nos serve para introduzir, justamente, o campo de análise proposto, ou seja, as dinâmicas e processos políticos e históricos recentes, que marcam a região andina, ou melhor, a região afroameríndia de colonização ibérica nos Andes. Esta foi a ideia de perseguir este debate, dar vazão às mudanças que não ocorreram apenas no âmbito político-institucional, mas que provocaram e foram também provocadas por mudanças de percepção, ideais, valores e paradigma. Aqui, refiro-me, justamente, ao surgimento do paradigma decolonial, a partir da criação do grupo de pesquisa e estudos Modernidade/Colonialidade, a finais dos anos 1990. As reflexões, proposições teóricas e publicações do grupo geraram uma verdadeira revolução nas ciências sociais latino-americanas, com repercussão nos Estados Unidos e no mundo Ibérico, sobretudo. A particularidade de entender nossa natureza e herança colonial e as questões particulares que nos acompanham, mesmo decorridos dois séculos de rompimento dos laços coloniais com as metrópoles, são fundamentais para o estudo de nossas sociedades, desde o ponto de vista das ciências tradicionais, mas também da Conscienciologia.

Diante disso, apresenta-se a proposta de um debate paradecolonial também na nova ciência conscienciológica. E como parte deste debate possível, paradecolonial, explorou-se aqui um tema específico, assim, já trazendo uma contribuição concreta, o debate em torno da ideia de intercruzamento holocármico no âmbito dos estudos de holocarma das nações. Pensar o holocarma das nações como algo unitário, e traçar mesmo a ideia de nação como destino único, uniforme, é um olhar extremadamente vinculado a uma visão eurocêntrica e fruto de um projeto político e ideológico que marcou o projeto modernizador europeu desde as grandes navegações. É preciso atenção ao fato de que este é apenas um lado da história, constituído a partir de uma visão particularmente imbuída de um falso universalismo, o de considerar universal o que lhe é particular, próprio e inerente a uma cultura, estabelecendo a mesma como o ponto mais elevado de uma estrutura hierarquicamente construída. O que inclui uma visão linear da história, cujo ponto de chegada seriam as civilizações e culturas europeias.

Aqui se constrói também uma crítica construtiva à nova ciência, a Conscienciologia, a necessidade de incluir mais estudos e pesquisas que se refiram a esta região, ainda muito pouco explorada, mas que estes estudos, no âmbito da Paradireitologia e da Politicologia considerem o histórico da colonização e da colonialidade, ou seja, dos traços que se perpetuam e que formam uma herança

inerente a este processo sofrido. Esta é a proposta central do paradigma decolonial nas ciências convencionais, e pode ser algo a ser considerado se a Conscienciologia se propuser a um olhar paradecolonial.

## REFERÊNCIAS

- Ballestrin, L.(2013). América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*, (11). Brasília, maio – pp. 89-117.
- Benson, E.; Coe, M.; Snow, D (2006). *A América Antiga: civilizações pré-colombianas*. Grandes Coleções do passado. Catalunha, Editorial Folio.
- Castro-Gómez, S.; Grosfoguel, R. (coords.). (2007). *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos, Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar.
- Centro Manuel Ugarte. (2013) *Atlas Histórico de América Latina y Caribe*. Universidad Nacional de Lanús. Lanús. <http://atlaslatinoamericano.unla.edu.ar/index.php>
- Diamond, J. (2017). *Armas, Germes e Aço*. São Paulo. Editora Record.
- Evelyn S. (2018). pluralismo jurídico e democracia comunitário-participativa na Bolívia: uma proposta para repensar a democracia. *Revista Brasileira de Filosofia do Direito*. 2018
- INCAA (Argentina) ; INCAIC (Cuba). (2012) La historia de América Latina. Parte 1. Imaginarios Latinoamericanos. 53 minutos. <https://www.youtube.com/watch?v=ED8lTm9oZ6w>
- Mello, L. (2017) Implementação da Conscienciocracia. *Tertúlia Matinal*. Tertuliarium. (74). <https://www.youtube.com/watch?v=LfHXg06KHVY&t=5768s>
- Oliveira, R.P. (2013a) Perspectivas Analíticas para a Política Externa em Países da América do Sul: Pensando Novos Aportes Teóricos a partir da Experiência Andina. *Revista Sul-Americana de Ciência Política*, v. 1, (3), 110-122. <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/rsulacp/article/view/3325/2761>
- Oliveira, R.P.(2019b): *Sem Revoluções: Os dilemas das democracias neoliberais andinas*. Curitiba. Editora Appris. 2019
- Rostworowski, M. (2006). *Tahuantinsuyu: Historia del Imperio inca*. Lima. Editorial IEP.
- Scussel, E (2018). Pluralismo jurídico e democracia comunitário-participativa na Bolívia: uma proposta para repensar a democracia. *Revista Brasileira de Filosofia do Direito*. V. 4, n. 2, 108-127.
- Ulman, K. (2018). *Democracia na Cognópolis*. *Tertúlia Matinal*. Tertuliarium. (83). <https://www.youtube.com/watch?v=fjg2CAJDezM>

**Renata Peixoto de Oliveira** é Doutora em Ciência Política e professora e pesquisadora da área de Relações Internacionais. Dedicou-se aos estudos latino-americanos com especialidade na região andina.